

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – CONTAS PÚBLICAS

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
- A questão discursiva deverá ser redigida com o máximo de **25 (vinte e cinco)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento da folha de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca de cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Em todas as sentenças a seguir, foi inserida uma expressão entre parênteses com o objetivo de reescrever a frase sem alterar sua correção gramatical ou seu sentido original.

Assinale a afirmativa em que essa inserção foi feita de maneira inadequada, comprometendo a estrutura ou o significado da frase.

- (A) A compra de novos uniformes veio a suprir uma deficiência de muitos de nossos alunos (inclusive) / A compra de novos uniformes veio, inclusive, a suprir uma deficiência de muitos de nossos alunos.
- (B) Não é difícil encontrar vestígios da colonização portuguesa na história moderna do Brasil (a essa altura) / Não é difícil encontrar, a essa altura, vestígios da colonização portuguesa na história moderna do Brasil.
- (C) Há medidas oficiais que conseguem corrigir problemas sociais (ainda que impopulares) / Há medidas oficiais, ainda que impopulares, que conseguem corrigir problemas sociais.
- (D) Esses jogadores não estavam ligados ao time no início do campeonato (o que talvez tenha sido bom) / Esses jogadores não estavam ligados ao time no início do campeonato, o que talvez tenha sido bom.
- (E) Os acidentes aeroviários provocam grande número de vítimas (no entanto) / Os acidentes, no entanto, aeroviários provocam grande número de vítimas.

2

O livro é relativamente grosso, de capa dura, na cor vermelha, com grandes letras na capa, destacando-se o nome do autor. Em seu interior, as páginas estão impressas em duas colunas, com letras pequenas e muitas observações no pé da página.

Considerando os aspectos semânticos e estruturais do texto, assinale a opção que apresenta uma análise adequada quanto à tipologia textual.

- (A) Trata-se de um texto argumentativo cuja tese está na valorização de um livro por sua apresentação.
- (B) Exemplifica um texto injuntivo já que há, implicitamente, a tentativa de convencer o leitor da beleza da obra.
- (C) Mostra um texto expositivo, com informações importantes sobre um determinado livro.
- (D) Classifica-se como texto descritivo, com o observador indicando dados de fora para dentro.
- (E) Indica um texto narrativo, com a evolução cronológica dos passos da leitura.

3

Este dicionário, composto de 4 volumes, cada um deles com mais de 800 páginas, traz todas as informações sobre as palavras da língua portuguesa, com dados etimológicos, gramaticais e de uso, não encontrados em nenhuma outra obra. Por sua raridade, sua encadernação é de couro polido, que serve de eficaz proteção.

Considerando os recursos argumentativos empregados no texto, assinale a afirmativa que identifica corretamente a estratégia de convencimento adotada.

- (A) Enaltecer o proprietário da obra por ser privilegiado em possuir obra tão rara.
- (B) Dignificar o comprador por poder mostrar uma obra tão cara em sua biblioteca.
- (C) Valorizar o possuidor do dicionário por dispor de uma obra de raro valor informativo.
- (D) Demonstrar as possibilidades econômicas dos que adquirem o dicionário.
- (E) Indicar, indiretamente, a alta competência do comprador da obra por ter acesso às informações nela contidas.

4

As frases a seguir foram reescritas, com a substituição da oração sublinhada por outra, precedida do conector entre parênteses.

Assinale a opção em que isso foi feito de forma adequada.

- (A) Poucos espectadores puderam acompanhar o filme, que usava palavras desconhecidas nas falas. (uma vez que) / Poucos espectadores puderam acompanhar o filme, uma vez que se usavam palavras desconhecidas nas falas.
- (B) Os empregados, que não podiam mais trabalhar naquele dia, foram dispensados. (como) / Os empregados foram dispensados, como não podiam mais trabalhar naquele dia.
- (C) As pessoas não gostam muito de boxe, que é um esporte violento demais. (em consequência de) / As pessoas não gostam muito de boxe, em consequência de que ele é um esporte violento demais.
- (D) O técnico, que estava aborrecido com a derrota, resolveu suspender o treinamento. (visto que) / O técnico, visto que estivesse aborrecido com a derrota, resolveu suspender o treinamento.
- (E) Os alunos, que haviam estudado muito, fizeram as provas com perfeição. (em virtude de) / Em virtude de haviam estudado muito, os alunos fizeram as provas com perfeição.

5

Em todas as frases a seguir houve a eliminação do QUE sublinhado e a substituição do verbo por um substantivo correlato.

Assinale a afirmativa em que isso foi elaborado de forma adequada.

- (A) O time que detinha o título de campeão de futebol nos EUA recebeu uma altíssima quantia como prêmio / O time detento do título de campeão mundial de futebol nos EUA recebeu uma altíssima quantia como prêmio.
- (B) O homem que escreveu o livro teve alto prejuízo / O homem editor do livro teve alto prejuízo.
- (C) Gandhi, que pacificou a Índia, revelou grande habilidade política / Gandhi, pacifista da Índia, revelou grande habilidade política.
- (D) Os espanhóis, que colonizaram o México, merecem elogios e condenações / Os espanhóis, colonizáveis do México, merecem elogios e condenações.
- (E) Os madeireiros, que invadiram os territórios indígenas, merecem a prisão / Os madeireiros, invasores dos territórios indígenas, merecem a prisão.

6

Nos exemplos a seguir foi realizada uma operação idêntica: a eliminação dos segmentos sublinhados e a inserção da partícula SE.

Assinale a opção em que isso foi feito de forma adequada.

- (A) Nós não mantivemos a rotina de sempre / Manteu-se a rotina de sempre.
- (B) Nós não precisamos mais de carros alugados / Não se precisa de carros alugados.
- (C) É bom que façamos os trabalhos rapidamente / É bom fazer-se os trabalhos rapidamente.
- (D) Todo mundo protestou contra a contratação do jogador / Protestaram-se contra a contratação do jogador.
- (E) Todos quiseram ajuda dos bancos / Requis-se ajuda dos bancos.

Estatística

7

Observe a amostra de dados contábeis (em milhares de reais) a seguir.

132 202 185 214 240 186 183 180 203 204 138 98
194 295 103 222 104

A mediana desse conjunto de dados, em milhares de reais, é igual a:

- (A) 104.
- (B) 186.
- (C) 194.
- (D) 202.
- (E) 203.

8

Numa dada população, 10% dos eleitores votaram num certo candidato C a prefeito nas últimas eleições.

Se quatro desses eleitores foram aleatoriamente sorteados (com reposição), a probabilidade de que exatamente dois tenham votado em C (e dois não tenham nele votado) é aproximadamente igual a:

- (A) 0,1%.
- (B) 1,2%.
- (C) 4,9%.
- (D) 8,2%.
- (E) 14,8%.

9

Em um teste, para os valores de um determinado parâmetro, de uma hipótese nula H_0 versus uma hipótese alternativa H_1 , o nível de significância fixado indica:

- (A) a maior probabilidade de erro tipo I que se aceita cometer.
- (B) a maior probabilidade de erro tipo II que se aceita cometer.
- (C) a menor probabilidade de erro tipo I que se aceita cometer.
- (D) a menor probabilidade de erro tipo II que se aceita cometer.
- (E) a menor probabilidade de erro de decisão que se aceita cometer.

Administração Pública

10

O avanço da economia digital e a crescente complexidade de problemas públicos têm exigido novas abordagens na administração pública. Em relação à Nova Gestão Pública (*New Public Management* – NPM), surgiram diferentes avaliações sobre sua capacidade de adaptação a esse cenário.

Com base nessas discussões, é correto afirmar que a NPM:

- (A) foi gradualmente substituída por abordagens baseadas exclusivamente na participação social direta.
- (B) é reconhecida por sua flexibilidade adaptativa, o que facilitou sua aplicação em contextos globais e instáveis.
- (C) demonstrou ser eficaz na resolução de problemas públicos que envolvem múltiplos níveis de governo e atores sociais.
- (D) priorizou a responsabilização democrática e colaborativa como base para a negociação de resultados em redes interorganizacionais.
- (E) apresenta ênfase em metas e desempenho, o que nem sempre é suficiente para lidar com problemas complexos que exigem articulação entre diversos atores públicos e sociais.

11

O conceito de *accountability* ocupa papel central na teoria democrática contemporânea, ao estabelecer que agentes públicos devem responder por suas ações com base em critérios previamente definidos em um marco legal e institucional.

Com base nesse entendimento institucional da *accountability*, é correto afirmar que:

- (A) a responsabilização democrática ocorre quando os ocupantes de cargos públicos prestam contas de suas ações apenas ao chefe do Poder Executivo.
- (B) a *accountability* é caracterizada pela ausência de interferência institucional, permitindo maior autonomia decisória aos agentes públicos.
- (C) os critérios de *accountability* variam de acordo com a preferência individual de cada autoridade pública, desde que haja prestação de contas à sociedade.
- (D) a *accountability* se concretiza por meio da interação entre marcos legais definidos democraticamente, controle mútuo entre os poderes e parâmetros republicanos de atuação.
- (E) a *accountability* depende unilateralmente da transparência das ações governamentais, cabendo aos próprios agentes públicos definir os critérios de controle das ações avaliadas.

12

A participação social é reconhecida como uma dimensão importante da governança democrática, contribuindo para a legitimação das decisões, a ampliação do conhecimento disponível e o fortalecimento da responsabilidade coletiva. No entanto, o desenho participativo enfrenta obstáculos relacionados à sua implementação em contextos reais de formulação de políticas públicas.

Com base nesse debate, é correto afirmar que:

- (A) a participação, embora valiosa, impõe desafios de coordenação e resolução de conflitos.
- (B) o valor da participação está restrito aos ganhos em eficiência administrativa da governança democrática.
- (C) o senso de pertencimento decorre da centralização estatal nas decisões participativas da coletividade.
- (D) a diversidade de atores garante, por si só, consenso e efetividade na implementação das políticas.
- (E) a participação tende a reduzir custos de coordenação e conflitos, mesmo com menor diversidade de informações.

Controle Externo

13

A Diretoria de Controle Externo do TCE-PE (DEX) incluiu em seu plano de auditorias atividades de fiscalização com as seguintes características:

- I. Avaliação do desempenho de programa de educação em um município quanto à sua eficiência e eficácia;
- II. Avaliação da gestão de bens do ativo de um hospital público e das medidas implementadas com vistas à sua preservação.

Os tipos de fiscalização que caracterizam essas atividades de controle externo desempenhadas pela DEX são classificados, respectivamente, como:

- (A) operacional e operacional.
- (B) patrimonial e orçamentário.
- (C) financeiro e legalidade.
- (D) legalidade e operacional.
- (E) operacional e patrimonial.

14

Todas as pessoas, físicas ou jurídicas, responsáveis pela aplicação, guarda ou gestão de bens e dinheiros públicos têm o dever constitucional de prestar contas.

Nesse sentido, nos termos do seu Regimento Interno, as contas do TCE-PE serão apreciadas e julgadas pelo(a):

- (A) Assembleia Legislativa.
- (B) Pleno do TCE-PE.
- (C) Ministério Público de Contas.
- (D) Congresso Nacional.
- (E) Tribunal de Justiça.

Noções de Contabilidade Pública

15

Em 2024, uma universidade do setor público realizou uma campanha com alunos que já haviam se formado para arrecadar fundos para atender a despesas de manutenção. A universidade arrecadou R\$ 600.000,00.

A receita é classificada pela universidade como:

- (A) receita de serviços.
- (B) operações de crédito.
- (C) transferências correntes.
- (D) receita de contribuições.
- (E) outras receitas correntes.

16

O prefeito de um município organizou uma confraternização para comemorar o aniversário da cidade em uma praça pública em 01/03/2025. Para isso, adquiriu, em janeiro de 2025, 500 pacotes de biscoito, no valor de R\$ 5.000,00, de uma fábrica localizada em um município vizinho. O frete para o transporte foi de R\$ 800,00. Além disso, o município incorreu em seguro com o transporte até a chegada ao local do evento na cidade, de R\$ 500,00, e com o armazenamento até o dia da festa, de R\$ 900,00.

Em 28/02/2025, o estoque de produtos alimentícios era reconhecido no balanço patrimonial do município pelo seguinte valor:

- (A) R\$ 5.000,00.
- (B) R\$ 5.500,00.
- (C) R\$ 5.800,00.
- (D) R\$ 6.300,00.
- (E) R\$ 7.200,00.

Noções de Análise de Dados e de Inteligência Artificial

17

Para a realização de um relatório solicitado por uma instituição particular, foram utilizados dados relativos ao Cadastro de Imóveis Rurais (CAFIR), que é administrado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

O processamento foi realizado, em julho de 2025, pela equipe de Análise e Mineração de Dados, a qual verificou que a base contém informações relativas ao imóvel rural, seu titular e, se for o caso, seus condôminos e compossuidores.

Na metodologia do relatório consta que as informações foram legalmente obtidas em fonte oficial digital, sendo que: possuem formato padronizado (CSV e PDF) e a licença *Creative Commons Attribution* para utilização; foram catalogados em 29/12/2021; e possuem atualização trimestral, tendo sido as últimas alterações processadas nos metadados em 04/11/2024 e no arquivo em 04/10/2024.

Com relação a essa base de informações, é correto afirmar que se trata de um conjunto de dados:

- (A) não abertos, tendo sua coleta restrita, pois nem todos os dados públicos têm vocação para serem dados abertos.
- (B) abertos e desatualizados, com permissão de ser livremente utilizado para tratamento, podendo conter exigências que visem preservar sua integridade e disponibilidade.
- (C) abertos e atualizados, com permissão de serem livremente modificados e armazenados em mídias externas.
- (D) não abertos, com permissão de ser utilizado para visualização, mas com restrição de compartilhamento, pois nem todos os dados públicos têm vocação para serem dados abertos.
- (E) abertos e desatualizados, com permissão de serem livremente acessados, que podem necessitar de emprego de técnicas para pré-processamento de dados.

18

Bancos de dados são serviços que permitem armazenamento, gerenciamento e recuperação de dados, de forma eficiente e escalável.

Considerando as características dos bancos de dados relacionais, assinale a afirmativa que descreve corretamente esse tipo de tecnologia.

- (A) Implementa um tipo de banco de dados distribuído focado em dados não estruturados e em vetores agrupados com base na similaridade.
- (B) Elimina a necessidade de vincular tabelas, possuindo recursos integrados de fragmentação e alta disponibilidade que facilitam o dimensionamento horizontal.
- (C) Exige esquemas e vinculação de tabelas, com foco no gerenciamento de conjuntos de dados estruturados e semiestruturados em formatos específicos, tipicamente associados a bancos de dados transacionais.
- (D) Implementa pontos de dados representados por vetores com número fixo de dimensões.
- (E) Utiliza armazenamento de dados em estruturas de dados, como um documento JSON, sem utilizar esquema.

19

Com relação aos Grandes Modelos de Linguagens (LLMs), avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () LLMs são capazes de fazer inferências a partir de um contexto, gerar respostas contextualmente relevantes, traduzir documentos para outros idiomas, resumir textos, responder a perguntas ou mesmo auxiliar em tarefas de redação criativa ou geração de código.
- () Os LLMs representam um avanço considerável no processamento de linguagem natural (PNL) e tornaram-se facilmente acessíveis ao público por meio de interfaces como o Chat GPT-3 e o GPT-4. Outros exemplos de LLMs são os modelos Llama e as representações de codificadores bidirecionais, como BERT e RoBERTa.
- () LLM é um modelo de aprendizado de máquina que pode ser usado na inteligência artificial generativa, capaz de executar diferentes funções. Os LLM são treinados a partir de grandes volumes de dados.

As afirmativas são, segundo a ordem apresentada,

- (A) V – F – V.
- (B) V – F – F.
- (C) V – V – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – V – F.

20

Aprendizado não supervisionado usa algoritmos para analisar e agrupar conjuntos de dados não rotulados. Esses algoritmos descobrem padrões ocultos ou agrupamentos de dados sem a necessidade de intervenção humana.

Selecione a opção que contém somente métodos de aprendizado não supervisionado.

- (A) DBSCAN e K-Means.
- (B) ChatGPT e Regressão Linear.
- (C) Naive-Bayes e Regressão Matricial.
- (D) Regressão Logística e Random Forest.
- (E) Probabilistic Forest e Máquina de Vetor de Suporte.

Conhecimentos de Legislação

Direito Constitucional

21

A Constituição da República dispôs sobre a existência de um direito fundamental de segunda dimensão, em norma de eficácia contida e aplicabilidade imediata, que foi objeto da Lei Estadual nº Y (LEY), que não permitiu a sua fruição por Joana. Em momento posterior, foi promulgada a Emenda Constitucional nº W (ECW), que inseriu na ordem constitucional norma de eficácia limitada e princípio programático incompatível com a LEY.

Na situação descrita, é correto afirmar que:

- (A) a LEY não foi recepcionada, logo, Joana pode fruir o direito.
- (B) a norma introduzida pela ECW carece de regulamentação que integre a sua eficácia, logo, Joana não pode fruir o direito.
- (C) a norma constitucional originária ficou sem regulamentação com a não recepção da LEY, logo, Joana não pode fruir o direito.
- (D) a norma introduzida pela ECW não afetou a sistemática constitucional aplicável à situação de Joana, que permanece inalterada.
- (E) a LEY continua em vigor até ser revogada por outra lei, logo, a situação de Joana continua regida pelo conjunto normativo também integrado pela norma constitucional originária.

22

Ao apresentar o seu voto, em um processo administrativo em tramitação no âmbito do Tribunal de Contas do Estado *Alfa*, o Conselheiro relator sustentou que a interpretação de determinado preceito constitucional, que deveria influir na identificação da juridicidade dos atos praticados pelo gestor, deveria ser influenciada pelas vicissitudes do ambiente sociopolítico, de modo que não deve ser reconhecida uma correspondência biunívoca entre significante interpretado e significado normativo. No curso da atividade intelectual conduzida pelo intérprete, no momento da resolução das conflitualidades intrínsecas de cunho linguístico, a preterição de alguns significados harmônicos com o significante interpretado, optando-se por outro igualmente harmônico, mostra-se legítima e compatível com a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição.

Considerando a situação descrita, é correto afirmar que a linha argumentativa apresentada pelo intérprete é:

- (A) incompatível com a tópica pura.
- (B) compatível com o realismo jurídico.
- (C) compatível com as construções originalistas.
- (D) incompatível com o pensamento problemático.
- (E) incompatível com a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.

23

O Tribunal de Contas de determinado ente federativo encaminhou projeto de lei ao Poder Legislativo dispondo sobre o exercício do poder cautelar por parte desse Tribunal. A primeira medida prevista no projeto consiste na possibilidade de ser decretada constrição patrimonial por prazo não superior a um ano. A segunda medida prevista no projeto autoriza a desconsideração da personalidade jurídica, de modo que as cautelares possam alcançar os administradores das pessoas jurídicas que tenham celebrado ajustes considerados ilícitos e lesivos ao erário. Por fim, a terceira medida prevê a possibilidade de as cautelares serem adotadas *inautida altera pars*, de modo a assegurar a sua efetividade, sem prejuízo da ulterior e plena observância das garantias constitucionais.

Ao analisar o projeto, a Comissão de Constituição e Justiça da Casa Legislativa concluiu corretamente, na perspectiva da conformidade constitucional, que:

- (A) as três medidas são constitucionais.
- (B) apenas a primeira medida é constitucional.
- (C) apenas a segunda medida é constitucional.
- (D) apenas a primeira e a terceira medidas são constitucionais.
- (E) apenas a primeira e a segunda medidas são constitucionais.

24

Determinada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em atuação no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*, foi instalada com o objetivo de identificar as razões do não pagamento da dívida fundada, no exercício financeiro anterior, sem motivo de força maior, e os desvios de recursos públicos que estariam associados a esses acontecimentos.

Em sua reunião inicial, a CPI deliberou, de forma fundamentada, pela adoção das seguintes medidas:

- I. convocação do Procurador-Geral de Justiça, para que esclareça as medidas adotadas em relação ao objeto de apuração;
- II. quebra do sigilo bancário de agentes públicos e privados diretamente envolvidos nos fatos descritos; e
- III. interceptação telefônica dos agentes públicos diretamente envolvidos nos fatos descritos.

Essas medidas resultaram em grande resistência dos agentes aos quais eram direcionadas, que alegavam sua inconstitucionalidade. Considerando os balizamentos estabelecidos na Constituição da República, é correto afirmar, em relação às três medidas adotadas, que:

- (A) todas são constitucionais.
- (B) apenas a medida I é constitucional.
- (C) apenas a medida II é constitucional.
- (D) apenas as medidas I e III são constitucionais.
- (E) apenas as medidas II e III são constitucionais.

25

Após preencher os requisitos estabelecidos pela ordem jurídica vigente, Maria, ocupante apenas de cargo de provimento em comissão no âmbito do Município *Delta*, teve deferida a sua aposentadoria voluntária pela estrutura de poder competente. Passados alguns anos e preocupada com a possibilidade de o Tribunal de Contas detectar alguma irregularidade no ato de aposentação, com risco para a continuidade na percepção dos seus proventos, Maria consultou um especialista na matéria.

Foi corretamente esclarecido a Maria que o Tribunal de Contas:

- (A) não tem competência para apreciar o seu ato de aposentação para fins de registro.
- (B) deve apreciar o ato de aposentação no prazo de cinco anos, a contar da sua expedição, caso contrário, o ato se tornará imutável.
- (C) deve apreciar o ato de aposentação no prazo de cinco anos, a contar do ingresso do processo administrativo no Tribunal, caso contrário, o ato se tornará imutável.
- (D) deve apreciar o ato de aposentação no prazo de cinco anos, a contar da sua expedição, caso contrário, devem ser observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa para que o registro seja negado.
- (E) deve apreciar o ato de aposentação no prazo de cinco anos, a contar do ingresso do processo administrativo no Tribunal, caso contrário, devem ser observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa para que o registro seja negado.

Direito Administrativo

26

Ao cumprir o feixe de atribuições previstas no ordenamento jurídico, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, por meio de auditores de controle externo, procedeu à fiscalização da atuação da Secretaria de Saúde do Município *Alfa* e da autarquia *Mais Saúde*, no âmbito do Município *Beta*.

Nesse cenário, considerando os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a:

- (A) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* é manifestação da descentralização administrativa. Lado outro, a autarquia *Mais Saúde* não é proveniente da desconcentração, tampouco da descentralização administrativa.
- (B) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* é manifestação da desconcentração administrativa. Lado outro, a autarquia *Mais Saúde* é proveniente da descentralização administrativa.
- (C) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* é manifestação da descentralização administrativa. Lado outro, a autarquia *Mais Saúde* é proveniente da desconcentração administrativa.
- (D) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* e a autarquia *Mais Saúde* são manifestações da desconcentração administrativa.
- (E) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* e a autarquia *Mais Saúde* são manifestações da descentralização administrativa.

27

O Município *Alfa* pretende publicar edital de licitação visando à aquisição de insumos de saúde para abastecer a rede local de hospitais, implementando os direitos fundamentais insculpidos no texto constitucional.

De acordo com a narrativa, e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.
- II. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- III. Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

É correto afirmar que, no processo licitatório, observar-se-á o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

28

Durante a construção de um novo hospital público, Caio, servidor no Município *Alfa*, Estado de Pernambuco, liberou, dolosamente, verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes, dando azo à lesividade relevante ao bem jurídico tutelado. Registre-se que os fatos chegaram ao conhecimento do Tribunal de Contas estadual.

De acordo com a narrativa, e considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, analise as afirmativas a seguir.

- I. Caio responderá pela prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- II. Em caso de condenação, Caio perderá a função pública, terá a suspensão dos direitos políticos por até catorze anos, pagará multa civil equivalente ao valor do dano e estará sujeito à proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a catorze anos.
- III. A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa em detrimento de Caio prescreve em quatro anos, contados a partir da ocorrência do fato.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

29

José, Secretário do Município *Alfa*, no Estado de Pernambuco, tinha audiência marcada com auditores externos do Tribunal de Contas estadual. Ao conduzir o seu veículo automotor até o local da reunião, José, em excesso de velocidade, acabou por ser multado por um radar devidamente sinalizado e em funcionamento.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a multa de trânsito é uma manifestação do poder (de):

- (A) disciplinar, sendo certo que o seu exercício não pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.
- (B) hierárquico, sendo certo que o seu exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.
- (C) disciplinar, sendo certo que o seu exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.
- (D) polícia, sendo certo que o seu exercício não pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.
- (E) polícia, sendo certo que o seu exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.

30

O Estado de Pernambuco publicou edital de licitação visando à celebração de contrato administrativo de concessão de serviço público. Interessada em participar do referido processo licitatório, a sociedade empresária *Emprega Mais*, por meio dos seus representantes legais, buscou maiores informações sobre os regramentos aplicáveis à futura avença.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuar essa responsabilidade.
- () É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.
- () A outorga de subconcessão será facultativamente precedida de concorrência.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

Direito Financeiro

31

A Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* aprovou lei estadual que concede redução de alíquota do ICMS incidente sobre bebidas fermentadas produzidas com matérias-primas regionais, como a fécula de mandioca, com base em convênio de ICMS.

A norma, sancionada pelo Governador, não foi instruída com estudo de impacto orçamentário-financeiro nem acompanhada de medidas compensatórias.

À luz da legislação e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei deve ser instruída com estudo de impacto orçamentário-financeiro e acompanhada de medidas compensatórias, sob pena de inconstitucionalidade formal.
- (B) A norma é formalmente válida, pois tratando-se de arrecadação para o futuro, não há de se falar em renúncia fiscal que exigia medidas compensatórias.
- (C) A ausência de dotação orçamentária prévia apenas impede a aplicação da norma no respectivo exercício financeiro, sem que disso resulte vício de inconstitucionalidade.
- (D) A norma do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que prevê a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para proposições legislativas que concedam renúncia fiscal aplica-se somente à União Federal.
- (E) A celebração de convênio no Conselho Nacional de Política Fazendária suprime a exigência de estimativa de impacto fiscal, pois a autorização dos Estados substitui o controle de responsabilidade orçamentária.

32

O Tribunal de Contas do Estado *Beta* realizou auditoria na execução orçamentária do Poder Legislativo do respectivo Estado e identificou que, nos quatro quadrimestres anteriores, a despesa total com pessoal daquele Poder ultrapassou o limite legal de 6% da receita corrente líquida, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em resposta, a presidência da Casa Legislativa alegou que parte dos pagamentos correspondeu a horas extras de servidores, indenizações por demissão e contratos de terceirização de serviços de limpeza e segurança.

Considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a jurisprudência pertinente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os contratos de terceirização que substituam servidores públicos devem ser incluídos na apuração da despesa total com pessoal, conforme §1º do Art. 18 da LRF.
- (B) As horas extras, por constituírem despesas de natureza variável e eventual, não integram a despesa total com pessoal.
- (C) As indenizações por demissão de servidores são despesas obrigatórias permanentes e devem ser computadas nos limites de pessoal.
- (D) O descumprimento do limite legal por mais de um quadrimestre consecutivo não acarreta sanções, desde que a despesa esteja dentro do limite global anual de 60% para o ente federado.
- (E) A apuração da despesa com pessoal deve ser feita com base na receita corrente líquida de cada mês, isoladamente, e no regime de caixa.

33

O Município de Gama, por iniciativa do Prefeito, elaborou projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026. Durante a tramitação legislativa, foram apresentadas diversas emendas parlamentares que criavam novos programas e ações, além de ampliarem despesas correntes sem indicação das fontes de recursos correspondentes. A Procuradoria-Geral do Município questionou a validade dessas emendas.

Com base na Constituição Federal, assinale a opção correta.

- (A) A Constituição proíbe qualquer emenda ao projeto da LOA que implique aumento de despesas, mesmo com anulação de outras.
- (B) O Poder Legislativo pode apresentar emendas à LOA, desde que compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e que indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas.
- (C) A Constituição exige que as emendas parlamentares à LOA sejam aprovadas por maioria absoluta, independentemente do conteúdo financeiro.
- (D) A elaboração do projeto de LOA é de competência concorrente entre o Executivo e o Legislativo, devendo sua aprovação ocorrer por decreto legislativo.
- (E) As emendas parlamentares individuais não estão sujeitas a qualquer limitação, pois decorrem da função fiscalizatória do Poder Legislativo.

34

Durante o segundo semestre do exercício financeiro, o Governador do Estado *Alfa* editou decreto para abertura de créditos suplementares, alegando aumento na arrecadação de receitas correntes. A justificativa técnica baseou-se em autorização constante da Lei Orçamentária Anual, que previa a possibilidade genérica de abertura desses créditos. O Tribunal de Contas estadual questionou a validade do decreto, alegando ausência de lei específica para cada abertura.

Diante desse cenário e à luz da legislação, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autorização genérica constante da Lei Orçamentária é suficiente para legitimar a abertura de créditos suplementares por decreto do Executivo, desde que comprovada a disponibilidade de recursos.
- (B) A abertura de créditos suplementares depende sempre de autorização legislativa específica para cada ato, não se admitindo autorização genérica.
- (C) A abertura do crédito suplementar exige tanto autorização legislativa específica quanto utilização exclusiva de recursos provenientes da anulação de outras dotações orçamentárias.
- (D) O aumento da arrecadação é fundamento legítimo para abertura de créditos especiais, mas não para créditos suplementares, que exigem compensação por corte em despesas.
- (E) A abertura de crédito suplementar por decreto, sem autorização legislativa específica, é válida apenas se houver reconhecimento de estado de calamidade pública ou urgência extrema.

Direito Civil

35

Em 10 de março de 2018, Ana, Beatriz e Carla assinaram um contrato de empréstimo com a instituição financeira Zeta S/A no valor de R\$ 300.000,00, comprometendo-se a pagar o montante em conjunto e solidariamente. O contrato foi garantido por fiança prestada por Daniel, irmão de Ana, que se obrigou como fiador e principal pagador, sem qualquer cláusula de renúncia ao benefício de ordem.

O contrato previa vencimento único para 10 de março de 2019. O pagamento não foi realizado. Em 8 de março de 2021, a instituição credora ingressou com ação judicial apenas contra Carla, uma das devedoras solidária.

Diante desse cenário, considerando as regras de prescrição previstas no Código Civil e a interpretação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção correta.

- (A) A interrupção da prescrição ocorrida na ação contra Carla não envolve Beatriz nem prejudica Daniel, pois, como não foram citados na ação, o prazo prescricional continuou a correr em relação a ambos.
- (B) A interrupção da prescrição contra Carla envolve Beatriz, por se tratar de obrigação solidária, mas não prejudica Daniel, pois a interrupção da prescrição só atinge o fiador quando este é citado diretamente na demanda.
- (C) A interrupção da prescrição contra Carla não envolve Beatriz, por se tratar de pessoa distinta e não ter havido citação contra ela, mas prejudica Daniel, pois a interrupção contra um devedor solidário atinge o fiador.
- (D) A interrupção da prescrição contra Carla envolve Beatriz, por força da solidariedade, e prejudica Daniel, fiador, independentemente de citação direta desses sujeitos.
- (E) A interrupção da prescrição contra Carla só poderia envolver Beatriz e prejudicar Daniel se ambos tivessem sido citados na mesma ação judicial, pois, na ausência de litisconsórcio, cada coobrigado responde isoladamente.

36

Túlio, ciclista amador, pedalava em via pública de zona rural aberta ao tráfego, quando foi surpreendido por um cavalo solto que cruzou a estrada inesperadamente, provocando sua queda. Túlio sofreu fraturas no braço e na clavícula, ficando afastado do trabalho por 60 dias. Após investigação, verificou-se que o cavalo pertencia a um pequeno produtor rural da região, Sr. Olavo, cujo terreno é contíguo à estrada. A cerca da propriedade apresentava trechos danificados, permitindo a fuga dos animais.

O Sr. Olavo alegou em sua defesa que desconhecia o defeito na cerca e que o animal nunca havia fugido antes, acrescentando que o acidente só ocorreu porque Túlio trafegava em alta velocidade e não conseguiu frear a tempo.

Diante da situação hipotética e com base na legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- (A) A responsabilidade do dono do animal depende da prova de culpa, e, no caso, a ausência de dolo ou negligência por parte do Sr. Olavo rompe o nexo de causalidade e afasta o dever de indenizar.
- (B) A responsabilidade objetiva do Sr. Olavo está afastada porque o animal agiu por impulso instintivo e o acidente se deu em via pública, rompendo o nexo causal entre sua conduta e o dano sofrido.
- (C) A responsabilidade do Sr. Olavo decorre do risco inerente à guarda do animal, e ele somente será exonerado do dever de indenizar se provar que o acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima ou por força maior.
- (D) A conduta do ciclista em trafegar em alta velocidade configura culpa concorrente, o que, de acordo com a legislação civil, elimina o dever de indenizar por ausência de nexo de causalidade.
- (E) Como não houve conduta omissiva direta do Sr. Olavo e o dano foi causado por ato autônomo do animal, o risco da atividade é afastado, não se configurando responsabilidade objetiva.

37

Roberta, comerciante individual, contraiu Covid-19 em 2022 e apresentou complicações graves. Durante a internação, os médicos alertaram a família de que ela necessitava com urgência de um medicamento de alto custo que não estava disponível no SUS. Diante da situação crítica, Roberta, sob forte abalo emocional, firmou contrato particular com Leandro, seu vizinho, no qual se comprometeu a transferir a ele um imóvel avaliado em R\$ 600.000,00 em troca do pagamento imediato de R\$ 100.000,00 pelo medicamento.

A transação foi formalizada por escritura pública no cartório, ainda durante o período de internação. Após a recuperação e retorno às suas atividades, Roberta, com o auxílio de advogado, ajuizou ação para anular o negócio jurídico, alegando que agiu em estado de perigo, e que Leandro se aproveitou da situação extrema para obter vantagem manifestamente excessiva.

A ação foi proposta quase cinco anos após a celebração do contrato, e Leandro alegou em contestação que o prazo para anular o negócio havia se encerrado.

Com base na legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ação de anulação do negócio jurídico é imprescritível, pois o vício decorre de estado de necessidade, o que justifica a sua revisão a qualquer tempo.
- (B) O contrato é nulo de pleno direito, pois o estado de perigo afeta a validade do negócio jurídico, tornando-o inexistente.
- (C) A validade do contrato não pode ser questionada, pois Roberta agiu com autonomia e consciência, e a situação de risco não interfere na formação válida da vontade negocial.
- (D) O contrato é anulável, mas o prazo decadencial para ajuizar a ação é de dois anos, contados da cessação do estado de perigo, e a ação foi proposta dentro desse prazo.
- (E) A ação de anulação do contrato deve ser julgada improcedente, pois, mesmo havendo estado de perigo, o prazo decadencial de quatro anos para propositura da ação foi ultrapassado.

Direito Processual Civil

38

Tatiana, Rodrigo e Soraia, estudiosos do Direito Processual, debatiam a respeito da coisa julgada. Tatiana, inicialmente, aduziu que a coisa julgada material consiste na autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito, não estando mais sujeita a recurso. Em seguida, Rodrigo afirmou que os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, não fazem coisa julgada. Por fim, Soraia indicou que a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada e prejudica terceiros.

Sobre os posicionamentos a respeito da coisa julgada apresentados no debate acima, é correto afirmar que:

- (A) todos estão corretos em suas afirmações.
- (B) somente Tatiana e Rodrigo estão corretos em suas afirmações.
- (C) somente Tatiana e Soraia estão corretas em suas afirmações.
- (D) somente Rodrigo e Soraia estão corretos em suas afirmações.
- (E) somente Rodrigo está correto em sua afirmação.

39

Os atos administrativos constituem a exteriorização da vontade da Administração Pública. Em tal contexto, o controle judicial dos atos administrativos é vetor de checagem da legalidade da atuação da Administração.

Tomando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal como premissas, sobre o controle judicial dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) cabe ao Poder Judiciário, em regra, se imiscuir nos critérios de correção de provas e de atribuição de notas em concurso público.
- (B) é vedado à Justiça reapreciar os aspectos vinculados do ato administrativo que exclui candidato em concurso público.
- (C) a motivação do ato administrativo deve ser anterior ou concomitante à sua prática, não podendo ser construída em virtude de ação judicial.
- (D) o controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar é amplo, podendo adentrar no mérito administrativo.
- (E) é ônus da Administração Pública provar a legitimidade e a veracidade do ato administrativo em juízo, por se tratar de fato constitutivo de seu direito.

40

Rafael ajuizou ação em face de Antônio, na qual pleiteou a condenação do réu ao pagamento de indenização a título de danos materiais, sustentando que seu imóvel sofreu avarias em razão do desabamento de propriedade irregularmente construída por Antônio.

Na decisão de saneamento e organização do processo, o juízo, de ofício, determinou a inversão do ônus da prova para impor ao réu o ônus de demonstrar a regularidade da construção, entendendo que Antônio teria melhor condição de se desincumbir do referido ônus.

Tomando o caso acima como premissa, é correto afirmar que:

- (A) o Magistrado agiu incorretamente, pois o ônus da prova do fato constitutivo do direito é taxativamente do autor, sendo vedada a inversão do referido ônus.
- (B) o Magistrado, com efeito, atuou de forma equivocada, pois a inversão do ônus da prova somente é cabível nas ações envolvendo relações de consumo.
- (C) a redistribuição do ônus da prova é cabível na hipótese narrada, pois há maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário por parte do réu.
- (D) não há nulidade no caso, sendo possível ao Juiz inverter o ônus da prova até a sentença.
- (E) em que pese a possibilidade de inversão do ônus da prova, essa dependeria necessariamente de requerimento das partes, vedada a iniciativa de ofício do magistrado.

Conhecimentos Específicos (Contas Públicas)

Auditoria Governamental

41

A Norma Brasileira do Setor Público (NBASP) nº 100 apresenta a auditoria governamental como um processo cumulativo e iterativo. O diploma em questão elenca um conjunto de princípios, classificando-os em três categorias: princípios relacionados aos requisitos organizacionais dos órgãos de auditoria; princípios gerais que o auditor de controle externo deve considerar, antes do início e em mais de um momento no curso de uma auditoria governamental; e princípios outros, relacionados a etapas específicas do processo de auditoria.

Considerando os princípios dispostos na NBASP 100, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os auditores devem manter-se independentes, de modo que seus relatórios sejam imparciais e assim sejam vistos pelos usuários previstos. Tal princípio é denominado da imparcialidade e do reporte assertivo, estando dentre os princípios gerais que devem reger a atuação do auditor.
- (B) O princípio do risco de auditoria prescreve que os auditores devem gerenciar os riscos de fornecer um relatório que seja inadequado nas circunstâncias da auditoria, sendo parte relevante da fase de planejamento e, por isso, adstrito ao rol de princípios relacionados ao processo de trabalho.
- (C) A materialidade é relevante em todas as auditorias e, por isso, os auditores devem considerá-la durante todo o processo de auditoria. Contudo, a materialidade não é um princípio em si, mas sim um atributo do objeto de auditoria.
- (D) Os auditores devem preparar documentação de auditoria suficientemente detalhada para fornecer uma compreensão clara do trabalho realizado, da evidência obtida e das conclusões alcançadas, pelo princípio geral da documentação.
- (E) Os auditores devem elaborar um relatório baseado nas conclusões alcançadas, pelo princípio da comunicação, sendo este relativo à fase de relatório da auditoria governamental.

42

Determinado auditor de controle externo, no curso de uma auditoria governamental, chamou um gestor de modo que esse prestasse alguns esclarecimentos quanto ao funcionamento do processo de trabalho auditado. Para melhor andamento do diálogo entre ambos, o auditor elaborou um roteiro com algumas perguntas fechadas e outras abertas, uma vez que pretendia colher a opinião do gestor sobre alguns temas.

Com base no relato, assinale a técnica de auditoria utilizada pelo auditor de controle externo.

- (A) Oitiva.
- (B) Circularização.
- (C) Entrevista semiestruturada.
- (D) Entrevista não-estruturada.
- (E) Conciliação de informações.

43

Com base nas disposições da NBASP 400 – Auditoria de Conformidade, assinale a afirmativa correta acerca das características desse tipo de auditoria no âmbito do setor público.

- (A) As auditorias de conformidade podem ser trabalhos de certificação ou de relatório direto, sendo incompatível a realização simultânea de ambas no mesmo processo.
- (B) A auditoria de conformidade deve focar um conjunto restrito de objetos e pode ser realizada para fornecer asseguarção razoável ou limitada.
- (C) O relatório de auditoria em auditorias de conformidade pode ser apresentado em forma longa ou curta, e suas conclusões podem ser expressas de várias formas: como uma declaração escrita, simples e clara, de opinião sobre a conformidade, ou como uma resposta mais elaborada a questões específicas de auditoria.
- (D) A auditoria de conformidade possui escopo restrito, não podendo incluir aspectos típicos de outras espécies de auditoria governamental, sob risco de descaracterização da sua natureza.
- (E) O auditor que realiza uma auditoria de conformidade com asseguarção razoável emite opinião afirmando que nada chegou ao seu conhecimento que o leve a crer que o objeto auditado esteja em desconformidade com os critérios estabelecidos.

44

A NBASP 140 trata do controle de qualidade das auditorias governamentais. Esta norma define elementos relevantes que devem integrar um sistema de controle de qualidade.

Considerando a NBASP, assinale a afirmativa que **não** abrange um elemento relevante para a qualidade das auditorias.

- (A) Responsabilidades da liderança pela qualidade nos Tribunais de Contas; condições para realização e continuidade dos trabalhos; compromisso com o desempenho.
- (B) Exigências éticas relevantes; mitigação de limitações de auditoria; independência da Entidade de Fiscalização Superior.
- (C) Exigências éticas relevantes; recursos humanos; compromisso com o desempenho.
- (D) Responsabilidades da liderança pela qualidade nos Tribunais de Contas; condições para realização e continuidade dos trabalhos; monitoramento.
- (E) Compromisso com o desempenho; condições para realização e continuidade dos trabalhos; monitoramento.

45

Considere a seguinte situação hipotética

O setor de auditoria externa da assistência social elencou um conjunto de objetos, correlacionando o impacto (I) em face da ocorrência de eventos adversos ou da interrupção da sua disposição à sociedade, bem como a probabilidade (P) de ocorrência destes riscos.

Objetos	I	P
Política estadual de assistência à pessoa idosa	Médio	Média
Política pública municipal de prevenção e enfrentamento à violência de gênero contra a mulher	Alto	Baixa
Política pública estadual de prevenção e enfrentamento à violência de gênero	Alto	Média
Programa de Primeira Infância no âmbito do Sistema Único de Assistência Social	Alto	Média
Processo de distribuição de benefícios sociais	Alto	Alta
Política de aluguel social estadual	Alto	Média
Política de segurança alimentar municipal	Alto	Alta
Contratações de cestas básicas por município	Baixo	Média
Política de promoção da integração ao mercado de trabalho	Médio	Baixa
Processo de reabilitação das pessoas com deficiência	Alto	Baixa

Sabendo que:

- I. tanto para o impacto como para a probabilidade foi utilizada escala com os valores alto, médio e baixo, respectivamente com pesos 3, 2 e 1;
- II. cada objeto desse terá por ação de controle externo uma auditoria governamental, com prazo de duração previsto de quatro meses;
- III. o setor conta com somente três equipes de auditoria, cabendo a cada uma a realização de uma auditoria por vez;
- IV. para fins de planejamento anual da ação de controle externo, é contabilizado um mês de férias por servidor da equipe de auditoria, e dois meses de capacitação por equipe de auditoria;
- V. saldos de tempo do planejamento inferiores ao custo de uma auditoria governamental serão direcionados para o exercício de outras atividades do setor.

Considerando que o único critério para seleção dos objetos de auditoria será o risco envolvido e a capacidade operacional do setor (tempo e equipes disponíveis), assinale o objeto que muito provavelmente **não** constará do planejamento anual de ações de controle externo desse departamento de fiscalização.

- (A) Política estadual de assistência à pessoa idosa.
- (B) Política pública municipal de prevenção e enfrentamento à violência de gênero contra a mulher.
- (C) Processo de distribuição de benefícios sociais.
- (D) Política pública estadual de prevenção e enfrentamento à violência de gênero.
- (E) Programa de Primeira Infância no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

46

A Constituição Federal estabeleceu um duplo sistema de auditoria governamental da Administração Pública composto por um sistema de controle interno e um corpo de auditoria externa.

Quanto à distinção entre auditoria interna e auditoria externa considere as proposições a seguir.

- I. Quanto ao vínculo, seus servidores pertencem à própria administração pública, trabalhando internamente em ministérios, secretarias ou autarquias.
- II. Quanto ao objetivo, trata-se da fiscalização independente quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de administração dos recursos públicos.
- III. Quanto ao foco, esse se concentra na prevenção e detecção de irregularidades, no apoio à tomada de decisão dos gestores públicos e na promoção do aprimoramento da gestão.
- IV. Quanto ao relatório, esse é destinado à alta administração da entidade pública.
- V. Quanto à abrangência, essa envolve auditorias de conformidade, operacional, financeira, orçamentária, patrimonial e de avaliação de resultados.

Assinale a opção que identifica corretamente o tipo de auditoria governamental.

- (A) I, II e IV se referem exclusivamente à auditoria governamental interna.
- (B) I, III e IV se referem exclusivamente à auditoria governamental interna.
- (C) II e V se referem exclusivamente à auditoria governamental externa.
- (D) I e II se referem exclusivamente à auditoria governamental externa.
- (E) I, III e V se referem exclusivamente à auditoria governamental interna.

47

Segundo o item 6 da NBASP 12, para que os Tribunais de Contas cumpram sua missão constitucional e agreguem valor à sociedade, é essencial que sejam reconhecidos por sua credibilidade, competência e independência, tornando-se referência para a Administração Pública. Essa norma estabelece princípios e requisitos relacionados à expectativa de que os Tribunais de Contas demonstrem seu valor para a sociedade e contribuam efetivamente para a melhoria da vida dos cidadãos.

Com base nisso, analise os itens a seguir.

- I. Os Tribunais de Contas devem fazer uso de suas competências e discricionariedade no exercício das suas funções e responsabilidades para melhorar a gestão dos recursos públicos.
- II. Os Tribunais de contas devem usar os seus direitos e obrigações para relatar seu trabalho de forma independente, decidindo livremente o conteúdo e o momento oportuno de divulgação dos seus relatórios.
- III. Os Tribunais de Contas devem divulgar de forma ampla os relatórios de auditoria e os resultados de suas ações, inclusive em meio eletrônico, exceto nos casos nos quais, justificadamente, o sigilo seja necessário.
- IV. Os Tribunais de Contas devem relatar todas as questões que possam afetar sua capacidade de realizar seu trabalho de acordo com as respectivas competências.

Tendo por base os itens apresentados, assinale a afirmativa correta.

- (A) I, II e IV dizem respeito à salvaguarda da independência dos Tribunais de Contas.
- (B) Apenas o III tematiza a salvaguarda da independência dos Tribunais de Contas, para que possam cumprir suas responsabilidades e responder aos achados e recomendações da auditoria.
- (C) II, III, e IV dizem respeito à produção de relatórios sobre os resultados de auditoria e sua disponibilização ao público, para que tome ciência dos achados de auditoria e das responsabilidades dos gestores.
- (D) Todos dizem respeito à produção de relatórios sobre os resultados de auditoria e disponibilização ao público para que tome ciência dos achados de auditoria e das responsabilidades dos gestores.
- (E) I e III indicam diretrizes para habilitar os responsáveis pela governança do setor público para que possam cumprir suas responsabilidades e responder aos achados e recomendações.

48

Quanto à responsabilização de agentes perante os Tribunais de Contas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para caracterização de irregularidade perante os Tribunais de Contas, a conduta necessita ter gerado efeitos financeiros.
- (B) Para fins de responsabilização de agentes públicos perante o Tribunal de Contas, é necessária a prática de expressa tipificação da conduta adversa.
- (C) Considera-se falha a prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico ou em desacordo com norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial da qual não resulte em efeitos financeiros.
- (D) A alteração promovida pela Lei Federal nº 13.655/2018, na Lei de Introdução ao Direito Brasileiro (LINDB), inovou ao incluir de forma explícita o conceito de erro grosseiro como fundamento para responsabilização de agentes públicos.
- (E) Entende-se como achado de auditoria a descoberta de determinado bem patrimonial anteriormente considerado como extraviado.

Direito Administrativo

49

Após a observância das formalidades legais, a *Organização Da Sociedade Civil de Interesse Público Alfa* celebrou termo de parceria com o Estado de Pernambuco, visando à prestação de atividades relacionadas à promoção da segurança alimentar e nutricional.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.790/1999, analise as afirmativas a seguir.

- I. Relatório trimestral de execução de atividades, contendo especificamente relatório sobre a execução do objeto do termo de parceria, bem como comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados.
- II. Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário.
- III. Demonstração das mutações do patrimônio social.

Na prestação de contas relativa à execução do termo de parceria por parte da organização da *Sociedade Civil de Interesse Público Alfa*, deve(m) ser apresentado(s) o(s) documento(s) elencado(s) em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

50

Após a regular tramitação de processo administrativo junto à Administração Pública do Estado de Pernambuco, Matheus obteve decisão contrária aos seus interesses, motivo pelo qual pretende recorrer, na esfera administrativa, da decisão prolatada.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 11.781/2000, é **incorreto** afirmar que:

- (A) quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de quinze dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.
- (B) o prazo para interposição de recurso administrativo é de oito dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, salvo disposição legal específica.
- (C) o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de dez dias, o encaminhará à autoridade superior.
- (D) o recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- (E) a interposição de recurso administrativo dependerá de caução, salvo exigência legal.

51

Após ser aprovado em um difícil concurso público para o cargo de Auditor De Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, João participou de um seminário, na sede da instituição, sobre o papel da Corte de Contas no Estado Democrático de Direito.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Civil e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a sede do Tribunal de Contas é um bem público de uso:

- (A) comum do povo, impenhorável, mas sujeito à prescrição aquisitiva.
- (B) especial, impenhorável, mas sujeito à prescrição aquisitiva.
- (C) comum do povo, imprescritível e impenhorável.
- (D) especial, imprescritível, mas sujeito à penhora.
- (E) especial, imprescritível e impenhorável.

52

Ao fiscalizar as contas da sociedade de economia mista XYZ, integrante da Administração Indireta do Município Alfa, João, Auditor De Controle Externo do Tribunal de Contas estadual, constatou a existência, na estrutura societária da entidade, de um Comitê de Auditoria Estatutário.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () Competirá ao Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas no estatuto da empresa pública ou da sociedade de economia mista, monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista.
- () O Comitê de Auditoria Estatutário deverá se reunir quando necessário, no mínimo bimestralmente, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.
- () O Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – V.

53

Jonas, servidor público civil no Estado de Pernambuco há dez anos, buscou informações, junto à legislação de regência, sobre as limitações à promoção por merecimento na carreira.

De acordo com a narrativa, e considerando as disposições da Lei Estadual nº 6.123/1968, analise as afirmativas a seguir.

- I. O servidor público que, para tratar de interesse particular, estiver licenciado na época da promoção ou tenha estado nos quatro semestres anteriores.
- II. O servidor público que não obtiver, como grau de merecimento, pelo menos dois terços do máximo atribuível.
- III. O servidor público em exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal.

Nesse cenário, não poderá ser promovido por merecimento o agente público que se enquadrar na(s) hipótese(s) elencada(s) em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

54

Ricardo, agente público no Estado de Pernambuco, agindo com dolo, negou publicidade aos atos oficiais, muito embora inexistisse razão legal para o sigilo. Ao tomar ciência de que a conduta perpetrada era objeto de investigação pelas autoridades competentes, Ricardo procurou o auxílio de um advogado, demonstrando interesse na celebração de um acordo de não persecução civil. Registre-se, por fim, que, por força da ação de Ricardo, que obteve vantagem ilícita, houve dano ao erário.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

- (A) poderá ser celebrado acordo de não persecução civil, desde que dele advenha, alternativamente, o ressarcimento de, pelo menos, metade do dano ou a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.
- (B) poderá ser celebrado acordo de não persecução civil, desde que dele advenham o ressarcimento, ao menos, de metade do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.
- (C) poderá ser celebrado acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, o integral ressarcimento do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.
- (D) não poderá ser celebrado acordo de não persecução civil, já que se está diante da prática de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (E) não poderá ser celebrado acordo de não persecução civil, já que se está diante da prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

Contabilidade Geral

55

Uma companhia aérea oferece a seus clientes participação automática em programa de milhagem, de modo que o cliente recebe milhas ao adquirir passagens aéreas. As milhas podem ser acumuladas e trocadas por passagens aéreas no prazo de um ano. O valor da milha não é restituível ao cliente, de maneira que o direito é extinto após o prazo.

A companhia aérea possui uma estimativa confiável, com base em sua experiência e seu conhecimento, de que 70% dos clientes irão utilizar as milhas em troca de passagens, enquanto o restante das milhas não será efetivamente utilizado.

Em junho de 2025, a companhia aérea vendeu R\$ 2 milhões em passagens, sendo R\$ 600.000,00 atribuídos diretamente às milhas.

Em relação ao reconhecimento das milhas em junho de 2025 e, com base na NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, a companhia aérea deverá reconhecer:

- (A) receita de R\$ 600.000,00, apenas.
- (B) passivo de R\$ 600.000,00, apenas.
- (C) passivo de R\$ 600.000,00 e receita de R\$ 180.000,00.
- (D) passivo de R\$ 420.000,00 e receita de R\$ 180.000,00.
- (E) passivo de R\$ 600.000,00 e conta redutora do passivo de R\$ 180.000,00.

56

Uma sociedade empresária trabalha com a construção e venda de prédios. A construção de cada prédio costuma demorar 15 meses e eles são vendidos no mês seguinte.

Em janeiro de 2024, a sociedade empresária contraiu um empréstimo bancário de R\$ 500.000,00, com prazo de 15 meses, para a construção de um prédio. A obra começou no mesmo mês. Na Demonstração do Valor Adicionado da sociedade empresária, os juros incorridos com o empréstimo são evidenciados como remuneração de capitais:

- (A) próprios, em 2024, apenas.
- (B) de terceiros, em 2024, apenas.
- (C) de terceiros, em 2025, apenas.
- (D) próprios, em 2024 e 2025.
- (E) de terceiros, em 2024 e 2025.

57

Em 01/04/2021, uma sociedade empresária adquiriu computadores, para serem utilizados em suas atividades, no valor de R\$ 18.000,00. A vida útil foi estimada em 5 anos, não foi considerado valor residual e os ativos são depreciados de acordo com o método da linha reta.

Em 01/07/2023, a sociedade empresária resolveu colocar os computadores à venda. Os critérios estabelecidos pela NBC TG 31 (R4) – Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada foram cumpridos, de forma que os computadores passaram a ser classificados, no Balanço Patrimonial, como Ativo não Circulante Mantido para Venda. Na data, o valor justo, menos as despesas de venda, era de R\$ 10.000,00.

Em 01/05/2024, os computadores ainda não haviam sido vendidos, e a sociedade empresária resolveu voltar a utilizá-los em sua atividade fim. Na data, o montante recuperável dos computadores era de R\$ 6.700,00.

Assinale a opção que indica o valor contábil dos computadores em 01/05/2024, reconhecido no ativo imobilizado.

- (A) R\$ 6.700,00.
- (B) R\$ 6.900,00.
- (C) R\$ 6.970,00.
- (D) R\$ 9.900,00.
- (E) R\$ 10.000,00.

58

No primeiro semestre de 2024, uma sociedade empresária gerou internamente um ativo intangível.

Os gastos associados com a formação do ativo, por ordem de valor, foram os seguintes:

- Construção e teste de protótipos e modelos pré produção: R\$ 4.000,00;
- Atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento: R\$ 5.000,00;
- Formulação, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais: R\$ 6.000,00;
- Projeto, construção e teste da alternativa escolhida de material: R\$ 8.000,00.

A empresa pode demonstrar com segurança, em relação aos gastos relacionados ao desenvolvimento, que todos os requisitos previstos na NBC TG 04 (R4) – Ativo Intangível para reconhecimento são devidamente cumpridos.

O ativo estava disponível para uso em 01/07/2024. Na data da avaliação, a vida útil estimada foi fixada em quatro anos.

Assinale a opção que indica a despesa com amortização do ativo, na Demonstração do Resultado, em 31/12/2024, considerando o uso do método da linha reta.

- (A) R\$ 1.000,00.
- (B) R\$ 1.500,00.
- (C) R\$ 2.125,00.
- (D) R\$ 2.250,00.
- (E) R\$ 2.850,00.

Contabilidade Pública

59

Com relação à natureza dos programas e à longevidade do setor público, com base na NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, assinale (V) para afirmativa verdadeira e (F) para falsa.

- () Muitos compromissos decorrentes dos programas do setor público e as prerrogativas para cobrar e arrecadar tributos futuros não se encaixam nas definições de ativo e passivo, de modo que são apresentados, diretamente, como receitas e despesas.
- () Uma vez que as demonstrações que evidenciam a situação patrimonial e o desempenho não fornecem todas as informações que os usuários precisam conhecer a respeito dos programas de longo prazo, os relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público são documentos necessários para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.
- () Embora o controle político possa mudar periodicamente, os estados soberanos, geralmente, têm existências muito longas e continuam a existir, mesmo que passem por severas dificuldades financeiras e se tornem inadimplentes com as obrigações oriundas da sua respectiva dívida soberana.

As afirmativas são, segundo a ordem apresentada,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – V.
- (E) F – V – F.

60

Em dezembro de 2024, os diretores de uma entidade do setor público viajaram a diferentes cidades na França para receber doações.

As doações recebidas foram as seguintes:

- 02/12: 10.000 euros;
- 16/12: 15.000 euros;
- 18/12: 18.000 euros.

Em 02/12, 1 Euro estava cotado a R\$ 6,36. Já em 16/12, a cotação do Euro era de R\$ 6,46 e em 18/12, de R\$ 6,52.

Em 31/12, 1 Euro estava cotado a R\$ 6,40.

No Balanço Patrimonial da entidade, em 31/12/2024, o montante arrecadado foi mensurado no ativo circulante pelo valor de:

- (A) R\$ 273.480,00.
- (B) R\$ 274.800,00.
- (C) R\$ 275.200,00.
- (D) R\$ 277.207,00.
- (E) R\$ 277.860,00.

61

Os seguintes saldos foram apresentados na Demonstração das Variações Patrimoniais de uma entidade do setor público, em 31/12/2024:

- Descontos concedidos: R\$ 12.000,00;
- Prêmio de resgate de títulos: R\$ 15.000,00;
- Resultado positivo da equivalência patrimonial: R\$ 20.000,00;
- Redução a valor recuperável de ativos: R\$ 25.000,00;
- Juros auferidos: R\$ 45.000,00.

Em 31/12/2024, as Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras apresentavam o saldo de:

- (A) R\$ 23.000,00.
- (B) R\$ 60.000,00.
- (C) R\$ 68.000,00.
- (D) R\$ 72.000,00.
- (E) R\$ 80.000,00.

62

Para diversificar as suas receitas, uma entidade do setor público costuma, no curso de suas atividades, adquirir imóveis, mantê-los para aluguel a terceiros por tempo determinado e, após isso, colocá-los à venda.

Em 2024, a entidade adquiriu, à vista, imóveis por R\$ 80.000,00 com essa finalidade. Do valor, 70% foram pagos à vista e o restante será pago em 2025.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa da entidade, em 31/12/2024, a compra dos imóveis trouxe o(s) seguinte(s) impacto(s):

- (A) Atividade Operacional: consumo de R\$ 56.000,00, apenas.
- (B) Atividade de Investimento: consumo de R\$ 56.000,00, apenas.
- (C) Atividade Operacional: consumo de R\$ 56.000,00 e Atividade de Financiamento: geração de R\$ 24.000,00.
- (D) Atividade de Investimento: consumo de R\$ 56.000,00 e Atividade de Financiamento: geração de R\$ 24.000,00.
- (E) Atividade de Investimento: consumo de R\$ 56.000,00 e Atividade de Financiamento: consumo de R\$ 24.000,00.

63

Em 01/12/2024, o ativo e o passivo de uma entidade do setor público eram, respectivamente, de R\$ 100.000,00 e R\$ 30.000,00.

A entidade planejava realizar uma reestruturação, a fim de encerrar as suas atividades em uma região do Estado. Assim, em dezembro, a entidade decidiu, de forma definitiva, fechar a unidade e divulgou o plano formal para reestruturação e as suas principais características. Ainda, foi criada uma expectativa válida naqueles afetados por ela. Além disso, era provável que haveria uma saída de recursos de valor material decorrentes do processo.

Os desembolsos diretos decorrentes da reestruturação, ocasionados por ela e não associados às atividades em andamento da entidade, eram estimados em R\$ 40.000,00, enquanto os gastos futuros com a realocação de funcionários eram estimados em R\$ 15.000,00. Ainda, era provável que haveria investimento em novos sistemas e redes de distribuição, que custariam R\$ 10.000,00 à entidade.

Considerando que os ativos e passivos presentes na entidade no início do mês não foram afetados, o endividamento geral da entidade em 31/12/2024 foi de:

- (A) 30%.
- (B) 40%.
- (C) 70%.
- (D) 80%.
- (E) 85%.

64

Em 02/01/2024, uma entidade apresentava como único ativo, a conta Disponibilidades, com saldo de R\$400.000.

Em 2024, aconteceram os seguintes fatos:

- Compra à vista de R\$80.000 em estoques;
- Compra de móveis e utensílios no valor de R\$50.000, para pagamento em janeiro de 2025;
- Pagamento de R\$48.000 em aluguel antecipado. Metade do valor foi reconhecido como despesa no ano e o restante será reconhecido em 2025;
- Reconhecimento e pagamento de despesas gerais no valor de R\$60.000;
- Reconhecimento de despesa de depreciação de R\$15.000.
- Venda de todo o estoque por R\$150.000, à vista.

Ao realizar a análise vertical do balanço patrimonial em 31/12/2024, verifica-se que o ativo circulante corresponde, aproximadamente, à seguinte proporção do total do ativo:

- (A) 0,77.
- (B) 0,88.
- (C) 0,89.
- (D) 0,90.
- (E) 0,92.

Direito Financeiro

65

Durante o processo legislativo orçamentário, o Congresso Nacional recebeu um projeto de lei que define, entre outros aspectos, as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas para o exercício financeiro subsequente. Esse projeto de lei contém, ainda, orientações para a elaboração do Orçamento Anual e estabelece critérios para a limitação de empenho em caso de frustração de receita.

Com base na Constituição Federal, esse projeto de lei corresponde:

- (A) à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- (B) à Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) à Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (D) ao Plano Plurianual (PPA).
- (E) à Proposta de Emenda à Constituição Orçamentária (PEC-O).

66

João, Prefeito do Município X, ao final do exercício financeiro de 2024, constatou que a Secretaria de Obras não executou um milhão de reais do orçamento autorizado para aquele ano. Ele determinou que esse saldo de dotações não utilizadas fosse automaticamente transferido para aplicação no início de 2025, sem autorização legislativa nesse sentido.

Com base na Constituição Federal e na legislação vigente, a decisão do prefeito está:

- (A) correta, pois atende ao princípio da unidade orçamentária, que permite um orçamento integrado abrangendo mais de um exercício financeiro.
- (B) correta, pois segue o princípio da universalidade, já que os recursos ainda serão aplicados em finalidade pública dentro do orçamento.
- (C) incorreta, pois viola o princípio da anualidade do orçamento, uma vez que dotações não executadas em um exercício não podem ser automaticamente utilizadas no exercício seguinte.
- (D) incorreta, pois infringe o princípio da unidade, que exige a existência de apenas um orçamento por exercício financeiro.
- (E) correta, pois não há ofensa ao princípio da legalidade, já que a despesa continuará obedecendo à lei orçamentária previamente aprovada, apenas sendo executada no exercício seguinte.

67

Em junho de 2025, o Estado *Alfa* celebrou um convênio com a União para financiar a construção de um centro de inovação tecnológica, prevendo o repasse de recursos federais específicos para esse fim. Contudo, a Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado *Alfa* para 2025 não continha dotação orçamentária para esse projeto, que não havia sido originalmente planejado. Diante dessa situação, o Poder Executivo estadual deseja utilizar imediatamente os recursos do convênio para iniciar as despesas do projeto ainda no mesmo exercício financeiro de 2025.

De acordo com as normas de direito financeiro público, é correto afirmar que o governo do Estado *Alfa* deverá:

- (A) abrir crédito suplementar por meio de decreto do Poder Executivo, dispensada autorização legislativa prévia, uma vez que o convênio gerou receita vinculada não prevista na LOA.
- (B) encaminhar projeto de lei à Assembleia Legislativa para abertura de crédito especial, indicando como fonte de custeio os recursos federais do convênio, e, após a aprovação legislativa e sanção, realizar a abertura do crédito por decreto do Executivo.
- (C) editar decreto abrindo crédito extraordinário, já que se trata de despesa não prevista originalmente na LOA, podendo utilizar de imediato os recursos recebidos em razão do convênio, dada a imprevisibilidade do projeto.
- (D) abrir crédito especial diretamente por decreto do Poder Executivo, sem necessidade de lei específica, pois a despesa será custeada por receitas adicionais de convênio não previstas no orçamento inicial.
- (E) enviar projeto de lei para abertura de crédito suplementar, com indicação dos recursos do convênio como fonte, uma vez que o projeto, embora não previsto na LOA, pode ser atendido por meio de reforço de dotação orçamentária existente no orçamento estadual.

68

João, servidor aposentado da União Federal, com 65 anos de idade, teve reconhecido judicialmente o direito ao recebimento de valores decorrentes de vencimentos não pagos (verbas remuneratórias). O valor da condenação ultrapassa o teto para requisições de pequeno valor fixado pela legislação, e foi emitido precatório para pagamento. A União Federal informou que não poderia realizar o pagamento naquele exercício por haver limites orçamentários e anunciou que compensaria parte do valor com débitos de tributos devidos por João.

Diante do caso relatado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A União Federal pode adiar o pagamento do precatório sem limite temporal, até que haja indisponibilidade orçamentária, devendo manter corrigido o valor da condenação.
- (B) A União Federal pode realizar compensação automática entre o valor do precatório e os débitos tributários de João, sem necessidade de autorização judicial.
- (C) João tem direito a receber de forma antecipada parte do valor do precatório, até o limite de três vezes o valor fixado em lei para as Requisições de Pequeno Valor (RPV).
- (D) Enquanto o precatório estiver dentro do prazo regular para pagamento, há incidência de juros de mora como forma de penalizar o atraso.
- (E) João poderia, por se tratar de verba alimentar, exigir o pagamento integral por meio de requisição de pequeno valor, mesmo ultrapassando o limite fixado em lei.

69

O Estado *Alfa*, durante o último quadrimestre do mandato de seu Governador, firmou contratos de fornecimento de bens duráveis, a serem pagos em três parcelas: a primeira com recursos disponíveis naquele exercício financeiro e as demais nos dois exercícios financeiros seguintes. A Secretaria da Fazenda sustentou que se tratava de despesa prevista no plano plurianual, que havia dotação orçamentária parcial na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente, e que a execução do programa seria essencial para a continuidade da política pública.

No entanto, ao analisar a legalidade do ato, o Tribunal de Contas estadual identificou que a formalização dos contratos ocorreu sem demonstração da disponibilidade financeira para fazer frente à primeira parcela dentro do próprio exercício, tampouco havia comprovação de que o montante das obrigações futuras estivesse compatível com a capacidade de endividamento estadual.

Diante desse cenário, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a afirmativa correta.

- (A) A celebração do contrato é válida, pois está vinculada ao plano plurianual e foi parcialmente contemplada na LOA.
- (B) A contratação é válida, desde que o seu valor global seja inferior ao limite de endividamento fixado pelo Senado Federal.
- (C) A assunção de obrigação no último quadrimestre do mandato exige disponibilidade financeira para o pagamento da totalidade do contrato, ainda que a execução ultrapasse o exercício.
- (D) A obrigação só é válida se houver disponibilidade de caixa para a parcela a ser paga no exercício corrente, e previsão de recursos nos dois exercícios seguintes, mediante demonstrativo de impacto orçamentário-financeiro.
- (E) O contrato poderá ser regularizado por crédito suplementar ou especial aberto no primeiro quadrimestre do exercício seguinte, se aprovado pela Assembleia Legislativa.

70

No Município X, em novembro de 2023 foi firmado contrato para fornecimento de 100 computadores à Secretaria de Educação, com empenho na mesma data e entrega prevista para janeiro de 2024; a nota fiscal foi emitida em 15 de janeiro de 2024 e o pagamento ocorreu em 30 do mesmo mês.

Em fevereiro de 2024, identificaram-se notas fiscais referentes a serviços de manutenção predial prestados em 2023, cujos empenhos também datavam de 2023, mas que não haviam sido liquidadas nem pagas até 31 de dezembro daquele ano, sendo para sua quitação aberta dotação orçamentária específica em 2024.

Todas as despesas obrigatórias de caráter continuado do exercício de 2023, como salários de servidores e repasses constitucionais aos Poderes Legislativo e Judiciário, foram pagas em dia.

Considerando o caso relatado e as definições e normas de direito financeiro sobre despesas públicas, assinale a afirmativa correta.

- (A) A aquisição dos computadores, empenhada em 2023 e paga em 2024, configura-se como despesa de exercícios anteriores.
- (B) As notas fiscais de 2023, relativas a serviços de manutenção predial, empenhadas naquele ano mas liquidadas somente em 2024, são classificadas como despesas de exercícios anteriores, devendo ser pagas por dotação específica aberta no orçamento de 2024.
- (C) As despesas com salários e repasses constitucionais mencionadas são consideradas despesas discricionárias, pois sua execução depende de conveniência do gestor.
- (D) Toda despesa empenhada em 2023 deveria ter sido paga naquele mesmo ano; portanto, a inscrição de restos a pagar é vedada e tal despesa deveria ter tido seu empenho anulado.
- (E) A abertura de crédito específico em 2024 para pagamento de restos a pagar de 2023 é ilegal, visto que despesas empenhadas em exercício anterior devem ser quitadas exclusivamente com recursos daquele exercício.

71

Durante a tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), um parlamentar propôs uma emenda que previa o aumento de recursos para a construção de uma nova unidade hospitalar federal em seu Estado, com a indicação de anulação de despesas com pagamento de pessoal e encargos sociais. A Comissão Mista de Orçamento entendeu que a emenda contrariava normas constitucionais e propôs sua rejeição, o que foi aprovado pelo Plenário do Congresso Nacional.

Considerando as normas constitucionais sobre o processo legislativo orçamentário, assinale a opção correta.

- (A) A emenda deveria ter sido aprovada, pois os parlamentares têm autonomia para decidir sobre a alocação de recursos públicos, inclusive mediante anulação de despesas obrigatórias.
- (B) A rejeição da emenda foi correta, pois é vedada a anulação de dotações destinadas ao pagamento de pessoal, encargos sociais e transferências constitucionais para viabilizar emendas ao orçamento.
- (C) A emenda deveria ter sido encaminhada diretamente ao Plenário do Congresso Nacional, independentemente de parecer da Comissão Mista de Orçamento.
- (D) A rejeição da emenda foi indevida, pois todo parlamentar tem direito subjetivo à aprovação de suas emendas impositivas, desde que respeitado o limite global previsto para cada autor.
- (E) A Comissão Mista de Orçamento não possui competência para examinar e emitir parecer sobre emendas orçamentárias, cabendo apenas ao Executivo avaliar sua constitucionalidade.

72

Em decorrência de grave crise fiscal, o Estado *Alfa* editou lei autorizando a contratação de operação de crédito junto a instituição financeira estatal para viabilizar o pagamento de aposentadorias em atraso, mediante antecipação de receita orçamentária futura. O Estado se baseou no princípio da continuidade do serviço público e na existência de lei estadual que autoriza a referida contratação.

Considerando o entendimento jurisprudencial sobre o tema, a legislação e o texto constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) A contratação de operação de crédito por ente federativo para pagar despesas com pessoal inativo é constitucional, desde que prevista em lei aprovada por maioria absoluta.
- (B) A vedação constitucional impede qualquer tipo de operação de crédito por ente federado, seja em instituição privada ou pública, para pagamento de despesas de capital e corrente.
- (C) A contratação de operação de crédito com instituição financeira estatal para pagamento de despesas com pessoal é vedada, ainda que lei estadual a autorize.
- (D) O pagamento de pessoal pode justificar o afastamento da vedação constitucional relativas a operações de crédito em situações excepcionais, como no caso de grave crise fiscal.
- (E) É proibida a contratação de operações de crédito que financiem despesas correntes, o que abrange genericamente todo tipo de despesa administrativa.

73

Em 2023, o Tribunal de Contas de determinado Estado constatou que o Poder Executivo estadual, ao calcular sua despesa total com pessoal para fins de verificação do cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), havia excluído os valores pagos a inativos e pensionistas, bem como o montante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre a folha de pagamento. A justificativa dada foi que tais valores não representariam, de fato, gastos com pessoal, do ponto de vista econômico.

Diante do caso descrito, com base na Constituição Federal, na legislação infraconstitucional e no entendimento jurisprudencial sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a exclusão do IRRF da base de cálculo é procedente, pois tal valor retorna aos cofres públicos como receita, não representando despesa líquida com pessoal.
- (B) os valores pagos a inativos não devem compor a base de cálculo da despesa total com pessoal, desde que sejam custeados por fundo previdenciário específico.
- (C) a dedução do IRRF e das despesas com inativos da apuração da despesa com pessoal é legítima, desde que exista legislação estadual prevendo tal exclusão.
- (D) a metodologia adotada pelo Estado é inconstitucional, pois os valores pagos a inativos e o IRRF integram, como regra, a despesa total com pessoal.
- (E) a exclusão de valores referentes a inativos e IRRF é permitida apenas se autorizada por decisão do respectivo Tribunal de Contas e referendada pelo Poder Legislativo local.

74

Considere a situação hipotética descrita a seguir.

Durante a execução orçamentária de 2024, o Ministério da Cidadania, com dotação consignada na Lei Orçamentária Anual no âmbito do Orçamento da Seguridade Social, firmou instrumento com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), entidade vinculada ao Ministério da Saúde, para que esta última realizasse a execução de ações de saneamento básico em comunidades vulneráveis. A operação envolveu a transferência da responsabilidade pela execução das despesas, mantida a dotação na unidade orçamentária de origem. Ambos são órgãos e entidades da administração pública federal, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

Sobre a situação descrita, é correto afirmar que:

- (A) o procedimento configura transferência voluntária de recursos, típica entre entes federativos, sujeita à celebração de convênio e contrapartida.
- (B) trata-se de descentralização de crédito orçamentário, típica entre órgãos da mesma estrutura administrativa, formalizada por meio de instrumento próprio.
- (C) trata-se de descentralização financeira, e não orçamentária, pois envolve movimentação de recursos entre contas de diferentes Ministérios.
- (D) a execução do crédito pela FUNASA depende de prévia inclusão de dotação própria na sua unidade orçamentária, mediante abertura de crédito suplementar.
- (E) a descentralização de crédito orçamentário entre Ministério e entidade da administração indireta é vedada por se tratar de unidades orçamentárias distintas.

Noções de Direito Penal

75

Rogério, advogado, atua como consultor tributário. Com o objetivo de comprovar a regularidade fiscal de empresas perante particulares e órgãos públicos, Rogério elaborou certidões negativas de débitos tributários obtidas por meio da edição digital de certidões verdadeiras emitidas pela Receita Federal e pela Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco, cujo conteúdo original indicava débitos pendentes de pagamento. Rogério alterou o campo relativo à "situação fiscal" das empresas, que passou a constar como "regular", embora as empresas tenham permanecido inadimplentes.

Rogério foi denunciado e preso antes que os documentos fossem apresentados a terceiros ou a órgãos públicos.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) Incide o tipo penal relativo ao crime de falsificação de documento público, pois Rogério adulterou, por meio digital, certidões fiscais expedidas por órgãos públicos.
- (B) A conduta de Rogério é penalmente atípica, pois as certidões fiscais não chegaram a ser apresentadas nos autos de ações judiciais.
- (C) Incide o tipo penal relativo ao crime de uso de documento falso, pois Rogério produzia certidões falsas com o dolo de utilização perante terceiros e órgãos públicos.
- (D) Incide o tipo penal relativo ao crime de estelionato, pois as certidões editadas contêm dados fraudados sobre fatos juridicamente relevantes.
- (E) Incide o tipo penal relativo ao crime de falsificação de documento particular, pois os documentos foram manipulados fraudulentamente por agente privado.

76

Cupertino é fiscal tributário municipal e, no exercício de suas funções, lavrou auto de infração contra uma empresa por sonegação tributária, com aplicação de multa no valor de cinquenta mil reais. Ciente de que o tributo é devido e com a intenção de preservar os cofres públicos, Cupertino determinou que o dono da empresa pagasse imediatamente, sob pena de colocação de aviso escrito na porta do estabelecimento, atestando publicamente o débito fiscal.

Diante de tal situação hipotética, é correto afirmar que Cupertino:

- (A) cometeu o crime de concussão.
- (B) cometeu o crime de constrangimento ilegal.
- (C) não praticou conduta penalmente típica.
- (D) cometeu o crime de excesso de exação.
- (E) cometeu o crime de exercício arbitrário das próprias razões.

Noções de Direito Tributário

77

O Estado X editou norma instituindo a chamada “Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração de Recursos Hídricos” (TFRH), com base de cálculo fixada por volume de água utilizado.

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema e na legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- (A) A taxa ambiental estadual é inconstitucional, pois compete apenas à União instituir taxas relativas à fiscalização de recursos naturais, dada sua titularidade originária sobre os bens da natureza.
- (B) O valor da taxa ambiental pode ser livremente definido pelo ente federativo, inclusive com finalidade arrecadatória, desde que prevista em lei específica estadual.
- (C) A taxa cobrada pela fiscalização ambiental é constitucional, desde que respeite o critério da equivalência razoável entre o valor exigido e o custo da atividade estatal exercida.
- (D) A utilização de volume de água como base de cálculo da taxa de fiscalização é inconstitucional, pois caracteriza elemento típico de imposto, não de taxa.
- (E) A existência de fiscalização ambiental exercida por mais de um ente federativo impede a cobrança de taxa por parte do Estado, sob pena de bitributação.

78

O Tribunal de Contas do Estado *Beta*, ao realizar auditoria operacional em 2023, identificou que a Secretaria da Fazenda não vinha inscrevendo, em tempo hábil, créditos tributários definitivamente constituídos, permitindo a prescrição de valores significativos. Além disso, constatou a ausência de ações efetivas de cobrança administrativa e a desatualização da base de dados da dívida ativa. Diante disso, o TCE determinou a adoção de providências corretivas e comunicou o Ministério Público de Contas sobre eventual responsabilização dos gestores.

Considerando a atuação dos Tribunais de Contas, à luz da Constituição Federal e demais normas aplicáveis, é correto afirmar que:

- (A) o controle externo exercido pelos Tribunais de Contas restringe-se à fiscalização de despesas públicas, não abrangendo a receita, por ausência de previsão constitucional expressa.
- (B) os Tribunais de Contas não podem recomendar a inscrição de dívida ativa nem avaliar a eficiência da arrecadação, por se tratar de matéria de mérito administrativo exclusiva do Poder Executivo.
- (C) a atuação dos Tribunais de Contas na arrecadação tributária se limita ao exame da legalidade dos lançamentos e à verificação formal dos registros contábeis das receitas.
- (D) os Tribunais de Contas podem fiscalizar a constituição do crédito tributário, a eficiência da cobrança e a gestão da dívida ativa, com base nos princípios da legalidade e da economicidade.
- (E) a atuação dos Tribunais de Contas só é admitida se houver provocação da Assembleia Legislativa ou do Ministério Público, não podendo ocorrer de ofício.

Noções de Direito Previdenciário e de Avaliação Atuarial

79

O documento que descreve a metodologia atuarial utilizada, as características de um plano de benefícios, com suas premissas atuariais, financeiras e demográficas, os regimes financeiros utilizados na execução das avaliações e reavaliações atuariais, as expressões matemáticas para determinar o cálculo do custeio e as provisões matemáticas é denominado:

- (A) Nota Técnica Atuarial.
- (B) Laudo atuarial.
- (C) Estudos de Viabilidade Futura.
- (D) Avaliação atuarial.
- (E) Perícia técnica atuarial.

80

Gilberto contratou uma previdência complementar e explicou ao atendente que, do seu orçamento, sobravam R\$ 500,00 mensais, valor que poderia dispor, a longo prazo, para pagar mensalmente ao ente de previdência até poder usufruir dos benefícios. Foi explicado a Gilberto que na modalidade de plano por ele escolhido, o benefício futuro seria o resultado do valor acumulado acrescido da rentabilidade dos investimentos.

Assinale a opção que identifica corretamente o tipo de plano contratado por Gilberto.

- (A) Contribuição Variável, na qual o valor do benefício de aposentadoria é determinado pela acumulação das contribuições feitas pelo participante e pela patrocinadora, excluída a rentabilidade dos investimentos.
- (B) Benefício Definido, no qual o valor do benefício a ser recebido na aposentadoria é previamente estabelecido, seja por meio de uma fórmula ou de valores fixos.
- (C) Contribuição Definida, na qual o valor do benefício é determinado pelo saldo reunido e das contribuições da patrocinadora, juntamente com o resultado dos investimentos.
- (D) Benefício Variável, no qual o valor do benefício recebido pelo participante varia com base no desempenho dos investimentos do plano.
- (E) Plano Gerador de Benefício Livre, permitindo a dedução das contribuições na declaração do Imposto de Renda, até o limite de 20% da renda bruta anual.

Questão Discursiva (Contas Públicas)

1

Uma sociedade empresária trabalha com a venda de eletrodomésticos.

Em 31/12/2024, ela apresentou os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial: Disponibilidades: R\$ 150.000,00; Estoques: R\$ 120.000,00; Ativo Imobilizado: R\$ 96.000,00; Capital Social: R\$ 366.000,00.

O ativo imobilizado apresentava composição e custo histórico listados a seguir.

- Móveis para o escritório: R\$ 36.000,00.
- Móveis para a loja: R\$ 18.000,00.
- Computadores e periféricos para o escritório: R\$ 30.000,00.
- Computadores e periféricos para a loja: R\$ 12.000,00.

Os móveis tinham vida útil estimada em 10 anos, enquanto os computadores e periféricos em 5 anos. Estes ativos eram depreciados de acordo com o método da linha reta.

No mês de janeiro de 2025, aconteceram os seguintes fatos:

1. Venda de todo o estoque por R\$ 400.000,00, à vista;
2. Reconhecimento das despesas a seguir.
 - Depreciação do ativo imobilizado.
 - Salário dos empregados da loja: R\$ 25.000,00.
 - Salário empregados do escritório: R\$ 45.000,00.
 - Aluguel da loja: R\$ 12.000,00.
 - Aluguel do escritório: R\$ 8.000,00.

A respeito da NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, e desconsiderando a incidência de tributos:

- a) **Apresente, em 31/01/2025, os saldos de cada grupo da Demonstração do Resultado, com base no método da função das despesas;**
- b) **Apresente, na mesma data, os saldos de cada grupo da Demonstração do Resultado, com base no método da natureza das despesas;**
- c) **Explique como deve ser feita a escolha entre o método da função das despesas e o método da natureza das despesas para fins de apresentação da Demonstração do Resultado;**
- d) **Indique se há exigência de divulgação adicional na elaboração da Demonstração do Resultado, conforme a classificação adotada, e justifique o motivo.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Realização

